

Formação de educadores no MST no contexto do estado do Espírito Santo

 Marle Aparecida Fidèles de Oliveira Vieira ¹,  Adelar João Pizetta ²,  Valdete Côco ³

¹ Prefeitura Municipal de Vitória - PMV. CMEI Ernestina Pessoa. Rua Loren Reno, 115, Parque Moscoso, Vitória, Espírito Santo, Brasil. ² Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. ³ Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

Autor para correspondência/Author for correspondence: fidelesmarle@gmail.com

RESUMO. Este artigo integra a pesquisa realizada no doutorado e tem como objetivo apresentar a trajetória do maior movimento social da América Latina, acerca dos processos formativos dos educadores que atuam nas áreas de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária no contexto do Estado do Espírito Santo – ES. Alicerçado em Paulo Freire e Bakhtin, focaliza narrativas oriundas de entrevista semiestruturada realizada com cinco pessoas que na década de 1980 no território capixaba ousaram arquitetar o projeto de educação que considerasse as questões pertinentes à vida dos sujeitos do campo. Ao rememorar a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com destaque à educação e formação dos educadores, percebe-se que terra e educação não se apartam da trajetória histórica do Movimento. Por meio das narrativas, evidencia-se que os sujeitos coletivos que formam o MST, materializaram o que hoje concebemos como Educação do Campo, teceram trajetórias de luta coletiva, que foram fundamentais na construção da política pública que tematiza o campo e seus sujeitos.

Palavras-chave: MST, formação de educadores, educação do campo.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e18337	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Training of MST Educators in the context of the State of Espírito Santo

ABSTRACT. This article is part of a doctoral research project that aims to present the trajectory of the largest social movement in Latin America, regarding the training processes of educators who work in the areas of camps and settlements of Agrarian Reform in the context of the State of Espírito Santo – ES. Based on Paulo Freire and Bakhtin, it focuses on narratives from a semi-structured interview conducted with five people who, in the 1980s in the Espírito Santo territory, dared to design an education project that considered the issues relevant to the lives of rural subjects. When recalling the trajectory of the Landless Rural Workers' Movement – MST, with emphasis on education and educator training, it is clear that land and education are inseparable from the historical trajectory of the Movement. Through narratives, it is evident that the collective subjects that form the MST (Landless Workers' Movement) materialized what we now conceive of as Education in the Countryside, weaving trajectories of collective struggle that were fundamental in the construction of public policy that addresses the countryside and its subjects.

Keywords: landless rural workers' movement, educators training, rural education.

Formación de educadores en el MST, en el contexto del estado del Espírito Santo

RESUMEN. Este artículo integra la investigación realizada durante el doctorado y objetiva presentar la trayectoria del mayor movimiento social de Latinoamérica, sobre los procesos formativos de los educadores que actúan en campamentos y asentamientos de reforma agraria en el contexto del estado del Espírito Santo. Basado en Paulo Freire y Bakhtin, éste se centra en narrativas provenientes de una entrevista semiestructurada con cinco personas que en la década de 1980 en suelo capixaba se osaron construir el proyecto de educación que considerara las cuestiones pertinentes a la vida de los sujetos del campo. Se rememora la trayectoria del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra – MST, haciendo hincapié en la educación y formación de los educadores, se entiende que tierra y educación no se apartan de la trayectoria histórica del movimiento. Según las narrativas, se evidencia que los sujetos colectivos que conforman el MST se materializaron en lo que hoy concebimos como Educación del Campo, crearon trayectorias de lucha colectiva, que fueron fundamentales en la construcción de la política pública que tematiza el campo y sus sujetos.

Palabras clave: MST, formación de educadores, educación del campo.

Introdução

Ao focalizarmos a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por terra, objetivo primeiro do maior movimento social da América Latina, fomos apreendendo que ao longo desta historicidade sempre esteve presente a questão da educação, ou seja, terra e educação não se apartam dos objetivos do Movimento.

Faz-se necessário registrar que em 1984 dá-se a fundação oficial do MST consolidando três grandes objetivos: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade. Pelo ato de ocupar a terra, o MST foi fincando suas bandeiras em diversos latifúndios improdutivos. Atrelado a essa conquista, e dada a historicidade em torno da questão do acesso ao território e às demais políticas públicas, o MST revisita seu programa agrário e apresenta à sociedade o projeto de Reforma Agrária Popular (Jornal Sem Terra, 2015) e junto a ele a transformação da sociedade, construída com a classe trabalhadora, seja do campo, das águas, das florestas ou da cidade.

Nessa trajetória, vimos que, passados apenas três anos de sua fundação nacional, foi realizado no ano de 1987, em São Mateus, norte do Espírito Santo (ES), o primeiro seminário nacional do MST tematizando a educação, marcando oficialmente a constituição do Setor de Educação. Naquele momento os sujeitos participantes do seminário destacavam o que queriam e qual projeto educativo arquitetavam, como consta nos documentos do MST.

Nosso compromisso, como educadores, é fazer da educação um processo contínuo, valorizando a cultura do nosso povo, resgatando os seus valores, tornando a escola um meio para fortalecer a consciência de classe e levar as crianças e as famílias a um compromisso maior com a luta pela transformação da sociedade (MST, 2017, pp. 12-13).

No compromisso alçado na década de 1980 e diante das conquistas fruto da luta de muitas pessoas, afirmamos que ainda que não tenhamos a intenção de fazer a revisão de literatura acerca da luta do MST (Stedile & Fernandes, 2001, Morissawa, 2001, Stedile, 2013, MST, 2020) é importante considerar alguns estudos que focalizam a educação no Movimento (MST, 1999, 2005, 2017) bem como a formação dos educadores do campo (Cadart, Paludo & Doll, 2006, Pizetta, 2014, Vieira & Côco, 2018) e mais recentemente o que denominamos de Educação do Campo (Caldart, 2012, Souza, 2016). No contexto pesquisado evidenciamos que

Na pauta educacional, é possível destacar que a educação rural não tematizava as questões que fervilhavam no território campestre, como a luta pela terra, a ofensiva do latifúndio, temas descontextualizados da realidade das pessoas, bem como a discriminação que elas sofriam pelo fato de serem do campo etc. Situações percebidas que foram destacadas,

estudadas, possibilitando, assim, a luta pelo inédito viável, como a escola no e do campo, a formação dos educadores para atuarem nos assentamentos e demais conquistas frutos da luta tecida coletivamente (Vieira, 2023, p. 118).

É oportuno lembrar a articulação coletiva nacional tematizando a educação e os sujeitos do campo que ocorreu em 1997, quando do primeiro encontro dos educadores e educadoras da Reforma Agrária – I ENERA. Esse espaço foi fundamental em torno do projeto que estava sendo construído coletivamente. O ES marca presença com a turma do curso Alternativo para Habilitação do Magistério, curso de ensino médio, articulado no ano de 1995 em parceria do MST com a Secretaria de Estado de Educação (Sedu), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Importa registrar que essa é a segunda turma demandada pelo MST, sendo a primeira realizada no Rio Grande do Sul, formada em 1991 (MST, 2017). São conquistas das lutas do MST pela formação dos educadores, proporcionando aos sujeitos participantes serem protagonistas na construção histórica acerca da educação no Movimento. Nesse escopo,

... o MST tem a convicção de que somente a luta pela terra não liberta o trabalhador da exploração, e que só a escola também não é capaz de libertar o sem-terra da exploração do latifúndio. Assim propõe a junção destas duas conquistas: a primeira, o acesso à terra e, a segunda, o acesso à escola, ao conhecimento e à educação (Rossetto, 2009, p. 69).

Muitas são as pessoas e coletivos que ajudaram nessa construção. Não somos os primeiros e nem seremos os últimos a rememorar esta história. Achamos pertinente somar nossas pautas e focalizar as conquistas tecidas pelos sujeitos que ousaram construir a educação no MST, bem como a Educação do Campo, temas discutidos nos próximos tópicos.

Dessa forma, com este propósito, propomos, mesmo que de forma sucinta nesta introdução, apresentar o contexto da luta do MST pela educação nos territórios já conquistados ou a serem conquistados. No tópico que segue, apresentamos a metodologia que utilizamos na pesquisa, focalizando para este artigo, a entrevista semiestruturada realizada com cinco sujeitos que protagonizaram o projeto educativo em construção permanente. Em seguida, focalizamos as situações-limites destacadas na pauta da formação dos educadores no contexto capixaba. Posteriormente, apresentamos narrativas do coletivo entrevistado, que na década de 1980 ousou arquitetar o projeto educativo para áreas de reforma agrária. Por fim, tecemos algumas considerações como forma de manter acesa a chama que nos convoca a lutar diuturnamente pela educação própria e apropriada ao território camponês.

Metodologia

O estudo apresentado integra pesquisa realizado no doutorado, a qual teve como objetivo compreender as trajetórias formativas na constituição e atuação docente dos educadores que participaram dos cursos de formação Magistério e Pedagogia da Terra, coordenados pelo MST no ES, sobretudo dos educadores que atuam com as crianças na educação infantil (EI) em assentamentos de reforma agrária (Vieira & Côco, 2024a). Sustentada nos pressupostos teóricos-metodológicos de Paulo Freire (1992, 1987) e Mikhail Bakhtin (2011, 2014), desenvolveu como procedimentos para produção de dados: aplicação de questionário *on-line*, entrevista semiestruturada e produção de narrativas escritas.

Para este artigo, objetivamos apresentar a trajetória do MST acerca dos processos formativos dos educadores que atuam nas áreas de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária no contexto do Estado ES, a partir dos dados produzidos na entrevista semiestruturada realizada com cinco sujeitos que contribuíram nesse processo na década de 1980 no território capixaba. Diante da proposição da entrevista semiestruturada, compreendemos com Bakhtin (2011, p. 410) que

Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo.

Compomos diálogos que nos ajudaram a compreender esse momento histórico de construção do que atualmente concebemos como Educação do Campo. No entendimento de que “... o objeto das ciências humanas é o ser *expressivo e falante* ...” (Bakhtin, 2011, p. 395, grifo do autor), a partir da entrevista, forjamos narrativas coletivas de sujeitos que ajudaram na construção histórica da educação no MST.

Com essa proposição metodológica, passamos ao próximo tópico em que discutimos as situações-limite dado o contexto de construção do projeto educativo e formativo para as áreas de Reforma Agrária.

Situações-limites na formação de educadores do MST

Arelada a luta pela terra, as pessoas que compunham o MST na década de 1980 no contexto capixaba foram mobilizando sentidos ligados a necessidade de construir um projeto

educativo que levasse em conta as questões que ressoavam a vida dos sujeitos que chegavam aos acampamentos bem como nas áreas conquistadas (Pizetta, 1999). A educação do sistema oficial de ensino não dava conta de discutir, tematizar e visibilizar as lutas oriundas do campo, que naquele período se materializavam nos latifúndios improdutivos, nas ocupações de terra, nos despejos, nas reocupações, questões que adentravam a vida dos Sem Terra e que não era considerado no contexto educacional.

Uma das perguntas fundamentais feitas neste período pelo coletivo que iniciou os primeiros processos de discussão em torno da educação nos territórios conquistados pelo MST foi: que queremos com as escolas dos assentamentos? (MST, 1999). A partir da pergunta e dos desafios impostos, foram emergindo situações-limites destacadas pelos diversos sujeitos que adentraram o MST. Eram pessoas que chegavam aos acampamentos, e que compunham entidades como as Escolas Famílias Agrícolas (EFA), os sindicatos dos trabalhadores rurais, educadoras do sistema oficial de ensino que gostariam de contribuir com esse projeto, dentre tantas outras pessoas e entidades. Esses sujeitos foram se juntando e formando o que naquele período chamaram de coletivo. As situações-limites eram gritantes e era necessário fazer alguma coisa. Como começar, com quem e em que espaço pautar?

O coletivo disposto a organizar a luta por escola e educação no estado do ES foi tecendo a muitas mãos o inédito viável, como nos ensinou Freire (1992, 1987). As dificuldades encontradas no percurso foram sendo superadas dia a dia e juntos ousaram sonhar e arquitetar o que hoje conhecemos como Educação do Campo (Caldart, 2012). Um sonho coletivo que se revigora a cada escola que se erguia, com cada educador e educadora que ocupou os espaços conquistados de formação, a exemplo dos cursos Magistério e Pedagogia da Terra, frutos da reivindicação do MST no ES junto à Sedu e a Ufes (Vieira & Côco, 2024b).

Nesse processo, o Movimento foi instando sentidos de que não bastava apenas a conquista da terra. A condição social em que esses sujeitos se encontravam, demandava outras políticas públicas, neste caso, a educação era uma delas. Foi preciso enfrentar muitas cercas junto aos órgãos públicos para a garantia do acesso a escola. Uma escola que não se limitava apenas à sua estrutura física, mas que sobretudo buscava se diferenciar por meio do projeto educativo em processo de construção. Tal proposta, contou com a participação de muitas pessoas e entidades, que naquele período somaram forças e foram observando, escrevendo, errando, aprendendo e alicerçando conjuntamente a proposta de Educação do Campo, em permanente construção.

No desenvolvimento desse diálogo, para fazer essa escola diferente, era necessário formação para as pessoas que chegavam ao MST. Assim, o Movimento buscou parcerias com diversos espaços públicos responsáveis pelas políticas educacionais, a fim de obter apoio para realizar a formação dos Sem Terra. Não foi um processo fácil, dado o contexto político e social do período e, uma vez que tal solicitação decorria de um movimento social, que com o ato de ocupar os latifúndios improdutivos incomodava as estruturas vigentes na sociedade. Mas, também, era necessário colocar em evidência uma questão social esquecida pelos órgãos públicos, como o acesso à terra e a educação aos diversos homens, mulheres e crianças que moravam no campo em diferentes condições (meeiros, boias-frias, sem-terra, pequenos agricultores). Assim, com Bakhtin (2011), estamos assinalando a mobilização de uma dialogia tensionada.

Foi neste fervilhar de lutas que as pessoas que chegavam ao MST foram afirmando sentidos de que para além da terra, tinham que conquistar a formação a fim de construir processos educativos que ressoassem a vida dos sujeitos camponeses, dada as especificidades com as quais encontravam nos acampamentos. Com quem contar, quem os apoiariam, a quem pedir ajuda. Foi nessas condições adversas que o MST, movimento de luta por terra, foi apreendendo o quão era necessário fazer a luta conjunta pela educação. No que concerne à luta pela formação em nível superior, é preciso destacar que

No contexto histórico de desenvolvimento do curso Pedagogia da Terra, em nível nacional, a primeira turma foi aberta por meio de parceria entre a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), com suporte financeiro do Incra, sendo oficialmente reconhecido em 21 de janeiro de 1998 e encerrado em julho de 2001 (ITERRA, 2002). A partir dessa primeira experiência, houve muitos erros e muitas dúvidas na construção do que viria a ser o Curso Pedagogia da Terra (Vieira, 2023, p. 48).

Fruto dessa conquista e de muitas mobilizações e articulações, o Movimento consolida a primeira parceria nacional junto a uma universidade pública federal. Nos referimos a primeira Turma de Licenciatura Plena em Pedagogia realizada em parceria com a Ufes. Tal realização só foi possível graças ao Programa Nacional de educação na Reforma Agrária (Pronera) que, também, se materializou diante da pressão feita pelo MST ao governo federal à época. Tais “... parcerias efetivadas com instituições públicas, privadas, secretarias municipais e entidades sem fins lucrativos tiveram o Pronera como principal instrumento de garantia de direitos” (Vieira, 2023, p. 47).

Na Ufes, as discussões em torno do curso de Pedagogia não ocorreram sem tensões, devido aos vários questionamentos sobre a natureza do curso e da universidade (Zen, 2006), assim como à falta de conhecimento por parte dos gestores envolvidos nos processos decisórios, quando estes indagam sobre a natureza pública da universidade ao estabelecer um curso direcionado especificamente para os Sem Terra (Sánchez, 2011). Assim,

... foi necessário derrubar cercas de todos os tipos para que as pessoas, sujeitos sociais e portadores de direitos, tivessem acesso a um espaço público: a universidade. Não é demais reafirmar que muitos desses sujeitos só chegaram ao curso superior devido à articulação coletiva pela educação, fruto de uma reivindicação realizada por um movimento social de luta pela terra (Vieira, 2023, p. 46).

A primeira turma conhecida como turma Paulo Freire foi realizada entre 1999 e 2002 com 64 educandos de vários estados brasileiros. Foi uma verdadeira ocupação do espaço universitário localizado em São Mateus, norte do ES. Tal dado nos remete a pesquisa de Costa (2005, p. 119), na qual relembra-se que “... é importante ressaltar que os estudantes trouxeram para a universidade a metodologia usada em acampamentos e assentamentos, ou seja, eles não deixaram de ser Movimento enquanto estavam frequentando um curso formal na universidade”.

Um processo de ocupar e resistir para estudar, uma vez que tais sujeitos eram alvos de muitas ofensas por parte dos estudantes dos demais cursos, conforme destaca Sánchez

Um dia, quando o pessoal da primeira turma foi chegando para ficar naquele alojamento dos alunos, algumas alunas dos cursos presenciais correram e tiraram a roupa do varal porque achavam que o pessoal do Movimento Sem Terra ia roubar os pertences delas. Então, o nível de discriminação, de entendimento do que é um movimento desses, das pessoas que compõem esse Movimento. É muito distante da realidade da Universidade (Sánchez, 2011, p. 99).

Nas disputas de sentidos, referentes às pessoas e a própria formação, em conjunto com a universidade, foram sendo estabelecidas diversas articulações para que o curso pudesse abordar questões que tematizassem o campo e seus sujeitos. Depois de muitos questionamentos, debates e discussões, foi acrescentado à proposta curricular temáticas como “Alternativas da Educação do Campo, Questão Agrária no Brasil, Educação para o Cooperativismo no Campo, Trabalho de Conclusão de Curso” (Vieira, 2023, p. 53-54), questões fundamentais para a turma do conhecido curso Pedagogia da Terra.

Entre as diversas dificuldades encontradas neste processo, o MST vai diuturnamente fazendo articulações para a conquista da segunda turma. Entre uma reunião departamental e

outra, muitos questionamentos foram sendo feitos no sentido de travar esse processo. Mas “a cada etapa se concretizava um projeto de curso e de educação a partir do entendimento por parte dos professores da universidade acerca da importância e da relevância do curso” (Vieira, 2023, p. 51) o que possibilitou a realização da segunda turma de Pedagogia da Terra, nomeada Maria Olinda em homenagem a uma educadora do Centro de Educação da Ufes. Ela sofreu um grave acidente e veio a falecer em um dos retornos para casa, após ministrar aulas em um dos cursos em que atuava junto ao Movimento. Tal turma teve início em 2003, com a participação de outros movimentos sociais, tais como o Movimento dos Pequenos Agricultores do ES (MPA) contemplando 59 educandos de diversos estados.

Neste contexto, podemos afirmar que as duas turmas de Pedagogia da Terra foram conquistas oriundas das situações-limites encontradas naquele período. O curso possibilitou que os sujeitos do campo adentrassem a universidade e contribuíssem com a construção do inédito viável na formação dos educadores camponeses e na materialidade da Educação do Campo (Vieira, 2023).

Uma conquista que se reverbera nas ações educativas realizadas em muitas escolas camponesas, sobretudo nos territórios do MST. Ecoa, também, em cada turma de Licenciatura em Educação do Campo (Molina, Antunes-Rocha & Martins, 2019) espalhada pelas universidades federais e que acolhe os sujeitos que dificilmente teriam condições de acessar e permanecer nos espaços da universidade.

Com essa afirmativa, rememoramos no tópico que segue as narrativas de cinco sujeitos, homens e mulheres que na década de 1980 arquitetaram o projeto educativo que evidenciamos, como a conquistas dos cursos que possibilitam o acesso dos sujeitos do campo a universidade pública federal.

Rememorar o passado, comemorar as conquistas e planejar o futuro: a construção do inédito viável na formação dos educadores do MST

Neste tópico, buscamos, por meio das narrativas do coletivo que contribuiu nas primeiras articulações sobre a educação nos territórios conquistados no contexto capixaba, resgatar o passado para projetar o futuro no âmbito da educação camponesa.

Eles vieram de diversos cantos do estado do ES e faziam parte de variados espaços, nos quais trabalhavam para sobreviver. Seja ministrando aulas como professoras efetivas no interior do Estado, seja como cobrador de ônibus na grande Vitória, seja na Comissão Pastoral da Terra, seja como camponês e/ou camponesa assalariado/a, seja na oposição

sindical, todos tiveram suas vidas atravessadas pela luta pela terra aqui no estado do ES (Vieira, 2023, p. 119).

São homens e mulheres que ajudaram nesta construção e que puderam escrever parte da história da educação no MST. São pessoas que se colocaram a serviço “... para os outros, para uma coletividade, para o seu povo” (Bakhtin, 2018, p. 77). Ao longo da pesquisa realizada no doutorado, dentre outras ações, dialogamos (em coletivo/conjunto) com cinco sujeitos que estiveram nesta articulação. Com eles, compreendemos as nuances em torno da pauta educacional na década de 80.

Como escolhia os professores naquela época? A gente fazia assembleia e o pessoal falava: nós queremos pessoas que vêm debaixo da lona [acampados], só queria professor assim, e tinha que discutir quem era o professor. Se tivesse a pessoa, tinha que apresentar, aceitava e ia Professor que só tinha segundo grau, ... poucos que tinham Magistério. Então até aí a gente ia lutando e conseguia, mas chegou um certo tempo que não deu mais. Então a nossa preocupação era com a formação (Vieira, 2023, p. 199-120).

Cabia ao coletivo a responsabilidade de organizar junto a base acampada os processos educativos para aquele território, num tempo de muita dificuldade em torno da articulação junto aos órgãos públicos. Como afirma Freire (1992, p. 54), “É a ‘leitura do mundo’ exatamente a que vai possibilitando a decifração cada vez mais crítica da ou das ‘situações-limites’, mais além das quais se acha o ‘inédito viável’”. O coletivo demonstra como se davam as reuniões, os encontros e onde encontravam apoio.

Primeiro nos espaços da igreja, no centro diocesano Nesse meio tempo aí o processo de educação já acontecia, a gente escrevia, um ajudava, várias pessoas para escrever este projeto. Escrevemos e fomos pedir apoio a quem? À universidade! Tivemos um curso de capacitação, ainda não era o curso de Magistério não. Quem fazia parte desse curso de capacitação? Os professores da Ufes e o Movimento Sem Terra. O Estado não entrou aqui não, era a Ufes e o MST ... para ajudar no desenrolar do pedagógico da escola ... (Vieira, 2023, p. 120).

Coube ao movimento social de luta por terra pautar a batalha por educação, a qual, ainda que seja direito de todos, neste caso específico, foi se materializando devido a articulação coletiva para que esse direito fosse sendo alcançado. Dentre as situações-limite elencadas, uma era a questão financeira.

... não tinha um real, um centavo na mão e a gente fazia tudo isso. Nós tínhamos apoio de quem? Umas irmãs, umas freiras que a ordem religiosa delas que ajudava a comprar gasolina, ou ... com ajuda da comunidade, juntando aquilo que não tinham para poder juntar um dinheirinho para pegar o ônibus ... (Vieira, 2023, p. 120).

Foi errando e acertando que “... aprendemos neste processo que a escola tem que estar onde o povo está, e que os camponeses têm o direito e o dever de participar da construção do seu projeto ...” (MST, 2004, p. 13). Uma construção tecida por muitas pessoas, com muitas dificuldades financeiras, técnica e política. Aprenderam a fazer, fazendo! Relatam a conquista do curso de Magistério junto ao estado, dada a falta de formação pedagógica de quem chegava aos assentamentos.

... começou a chegar ... aqueles jovens que foram formando nas EFAS, eles foram sendo integrados, entrando nas escolas, principalmente depois que surgiu as escolas de 5ª a 8ª série. Eram jovens que tinham feito o segundo grau técnico em agropecuária, mas não tinham formação pedagógica. Então neste período 90% dos professores, eram leigos. E isso foi o ponto que demandou a pressão junto a Sedu para criar um curso de habilitação para o Magistério [1994], para dar formação pedagógica para esse grupo que estava atuando nas escolas, mas não tinha a formação para tal. E aí foi articulado esse curso que deu abertura para essa formação (Vieira, 2023, pp. 121-122).

Cabe observar que, nas interfaces dialógicas entre o contexto do ES e o contexto nacional, as turmas de Magistério em nível nacional foram protagonistas no projeto de Educação do Campo que hoje conhecemos. Atravessaram fronteiras e participaram de momentos importantes deste marco. Do ES

... Foi um ônibus de alunos para o I ENERA. Então foi um momento de aprendizado marcante, estava lá dentro todos os educandos do curso. Participaram desse momento formativo em Brasília É no I ENERA então que ... a educação do campo vai ampliar e depois na I Conferência nacional por educação básica do campo em Brasília. O I ENERA ele provoca a Conferência e a Conferência demanda o Pronera ... o fomentador de formação para o educador do campo, que era a ideia dos cursos de habilitação em nível superior ... o Pedagogia da Terra. Então, foi uma demanda colocada pelo Movimento devido à necessidade que tinha de qualificar a formação dos professores que estavam atuando nos assentamentos e aí essa provocação vai colocar, pressionar os agentes políticos, o INCRA, a Sedu e a Ufes para poder encontrar uma alternativa para atender essas demandas que a sociedade do campo estava precisando (Vieira, 2023, p. 122).

Foi a conquista do Magistério, tanto no Rio Grande do Sul (MST, 2017) quanto no Espírito Santo que possibilitou o avançar das lutas e pautar o curso Pedagogia da Terra, do qual tivemos duas turmas realizadas em parceria com a Ufes, conforme registramos anteriormente. Nesse avançar, aprendemos com Fernandes (2020, p. 125) que “... o ensino superior não é mais nem um privilégio nem um “dom” intelectual. É uma necessidade social”. Sobre essa conquista, o coletivo rememora:

... não foi assim uma coisa que caiu do céu, uma coisa tranquila como qualquer um outro hoje entrar numa faculdade aí, foi uma luta.... Porque querendo ou não esses cursos e todo o aprendizado e todo o trabalho feito nos assentamentos naquela época, a gente tinha um envolvimento das famílias, então não foi um curso ... exclusivo só para aquele sujeito que foi estudar, mas também foi um momento de confiança para os assentados ... um gesto de vitória (Vieira, 2023, p. 123).

Ao trazerem a compreensão ampliada da Reforma Agrária, o coletivo vai pontuando que as conquistas em torno da formação dos educadores, perpassa a luta pela terra e vice-versa. Não se dá de forma isolada, apartada do contexto social, político e econômico que atravessa a vida dos sujeitos Sem Terra.

... a Reforma Agrária não se dá só pela conquista da terra, mas também passa pela educação, pelo trabalho social dentro do assentamento, pela formação dos filhos, da comunidade. Enfim, a Reforma Agrária não é uma coisa isolada, e esse conjunto de formação que os professores tiveram dentro do Magistério e dentro do Curso de Pedagogia contribuiu bastante, inclusive na formação das famílias (Vieira, 2023, p. 123).

Este coletivo, em face das situações-limites vivenciadas ao longo do processo, forjou sentidos ligados à possibilidade de compreender a realidade concreta, estudá-la e tentar transformá-la de forma coletiva. Sentidos que ajudaram, não apenas no sonho de cada educando de ter acesso à universidade, mas especialmente ao MST, na direção de fortalecer a luta juntamente com as pessoas que chegavam aos territórios e de formar os sujeitos que hoje atuam nos processos educativos com sua base social nos assentamentos e nas comunidades rurais do ES.

Assim, passamos as considerações deste artigo, buscando relacionar o campo e seus sujeitos a fim de corroborar políticas públicas que visibilizem o território campesino.

Considerações

Ao evidenciar o campo e seus sujeitos, buscamos apresentar ao longo do artigo, a trajetória do MST na pauta educacional. Nessa trajetória, comportando dialogias em várias dimensões, ao focalizar o estado do ES, buscamos reconhecer esse território como alicerce das articulações em torno da educação do MST, sendo aqui fundado oficialmente o Setor de Educação do Movimento, ainda na década de 1980.

Ao rememorar essa trajetória, dialogamos ao longo da pesquisa doutoral com cinco sujeitos que ousaram escrever essa história, participando ativamente desse processo. As narrativas desse coletivo demonstram que as situações-limites advindas naquele período foram sendo diuturnamente estudadas, pautadas a fim de conquistarem o inédito viável. E diante das

palavras e contrapalavras (Bakhtin, 2011), foram tecendo o que recentemente concebemos como Educação do Campo.

Ousamos afirmar que as parcerias realizadas com a universidade, com os órgãos oficiais de ensino do estado e com as pessoas que ajudaram nessa construção histórica fortaleceram as bases do MST, alicerçando a educação própria e apropriada ao campo e seus sujeitos. Nesse contexto podemos afirmar com Bakhtin, que “o curso do tempo assinala não só o crescimento quantitativo, mas também o qualitativo – a floração, a maturação” (2018, p. 170). No esperar Freiriano, buscamos diuturnamente a colheita da floração dos quais muitas pessoas semearam ao longo dessa trajetória histórica do MST por terra, educação e emancipação humana. Considerando os desafios do tempo presente, afirmamos uma luta que não se encerra e, notadamente, convida a novos engajamentos que, sustentados no percurso, possa alcançar novos patamares na conquista do direito à educação aos povos do campo, das águas e das florestas.

Referências

- Bakhtin, M. M. (2011). *Estética da criação verbal* (6ª ed.). São Paulo: WMF/Martins Fontes.
- Bakhtin, M. M. (2014). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC.
- Bakhtin, M. M. (2018). *Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo* (1ª ed.). (P. Bezerra, Trad., Posfácio e Notas) (Edição russa organizada por S. Botcharov & V. Kójinov). São Paulo: Editora 34.
- Caldart, R. S. (2012). Educação do Campo. In R. S. Caldart et al. (Eds.), *Dicionário da educação do campo* (pp. 257-264). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.
- Caldart, R. S., Paludo, C., & Doll, J. (Orgs.). (2006). *Como se formam os sujeitos do campo: idosos, adultos, jovens, crianças e educadores*. Brasília: PRONERA.
- Costa, M. O. (2005). *Programa nacional de educação na Reforma Agrária: O caso do curso “Pedagogia da Terra” da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT*. (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Fernandes, F. (2020). *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Jornal Sem Terra. (2015). *Reforma Agrária Popular e a educação*. Vamos debater! Edição Especial 2º Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária. Setor de Educação e Comunicação. São Paulo.

Molina, M. C., Antunes-Rocha, M. I., & Martins, M. F. A. (2019). A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo. *Revista Brasileira de Educação*, 24.

Morissawa, M. (2001). *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular.

MST. (2004). Boletim da Educação, São Paulo, (9).

MST. (2020). *Caderno de Formação nº 53: A luta de classes no campo e a luta por Reforma Agrária Popular*. Setor de Formação do MST.

MST. (2005). Dossiê, M. S. T. Escola: documentos e estudos 1990-2001. *Caderno de educação*, (13).

MST. (2017). Educação no MST: Memória. Documentos 1987-2015. *Caderno de Educação*, (14).

MST. (1999). O que queremos com as escolas de Assentamentos. *Caderno de Formação*, (18).

Pizetta, A. J. (1999). *Formação e práxis dos professores de Escolas de assentamentos: a experiência do MST no Espírito Santo*. (Dissertação de Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Pizetta, A. J. (2014). *A formação de educadores e a travessia de cercas invisíveis de acesso/produção de conhecimentos: experiências do MST nas inter-relações com universidades brasileiras* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Rossetto, E. R. A. (2009). *Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Sánchez, D. S. (2011). *Resistência e formação na produção do comum: O curso Pedagogia da Terra da UFES* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Souza, M. A. de. (2016). A Educação do campo no Brasil. In E. C. de Souza & V. L. J. Chaves (Orgs.). *Documentação, memória e história da educação no Brasil: diálogos sobre políticas de educação e diversidade* (Vol. 1, pp. 83-105). Tubarão, SC: Copiart.

Stedile, J. P. (Org.). (2013). *A Questão Agrária do Brasil: o debate na década de 2000* (1ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.

Stédile, J. P., & Fernandes, B. M. (2001). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.

Vieira, M. A. F. O., & Côco, V. (2018). O pensamento de Paulo Freire no contexto da formação de educadores do MST. *Educação em Perspectiva*, 9(1), 159-173.

Vieira, M. A. F.O. (2023). *Trajetórias de formação e atuação docente na educação infantil do campo: narrativas dos egressos dos cursos Magistério e Pedagogia da Terra – MST* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Vieira, M. A. F.O., & Côco, V. (2024a). Desafios impostos ao trabalho com as crianças Sem Terrinha no contexto da Educação Infantil do Campo. *Educar em Revista*, 40(1), 1-14.

Vieira, M. A. F.O., & Côco, V. (2024b). Do médio ao superior: o inédito-viável na formação dos educadores camponeses. *Revista de Educação Popular*, 204-220.

Zen, E. T. (2006). *Pedagogia da Terra: a formação do professor sem-terra*. (Dissertação de Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 28/12/2023
Aprovado em: 09/10/2025
Publicado em: 17/12/2025

Received on December 28th, 2023
Accepted on October 09th, 2025
Published on December, 17th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Vieira, M. A. F. O., Pizetta, A. J., & Côco, V. (2025). Formação de educadores no MST no contexto do estado do Espírito Santo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e18337.